

# RUPPTURA

[www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org)

## RUA COM ELES!



não ao **ROUBO** dos salários e à liberalização dos **DESPEDIMENTOS**

### Lutas na Europa

Face aos brutais ataques coordenados por Bruxelas contra os trabalhadores e estudantes europeus, surgem por todo o continente lutas aguerridas para lhes resistir. É preciso unir esta mobilização e fazer uma greve geral europeia. **PÁG. 6**



### Wikileaks

Da Casa Branca a São Bento, a realidade pode sobre quem governa o mundo continua e continuará a ser posta à vista de todos, mesmo apesar das tentativas levadas a cabo por muitos destes “democratas” de deixar a Wikileaks fora de combate. **PÁG. 8**

### Nem Cavaco nem Alegre

O panorama de candidatos às próximas eleições deixa a esquerda orfã de uma verdadeira alternativa de combate às políticas do PS e da direita. O nosso voto não deve ir para os nossos carrascos, mesmo que alguns possam parecer o “mal menor”. **PÁG. 7**



## Fora com este governo e com a política da direita

Sócrates e o seu governo retomaram o fôlego e continuam a acção destruidora para implementar a política anunciada em Bruxelas, para ser aplicada neste canto da Europa. Apesar dos “desmentidos” iniciais do governo, ele já está aí a lançar uma revisão das leis laborais.

Este governo está a boiar num mar de escândalos, e poucos são os que acreditam em ministros que têm como norma a mentira em todo o lado, mesmo que seja perante as instituições que juraram respeitar. Ainda não há muitos anos, qualquer governo europeu que tivesse este comportamento já teria sido demitido, pois nenhum partido de oposição permitiria tal bandalheira no governo.

Apesar da sua nefasta política e das mentiras permanentes, o governo mantém-se mesmo sendo contestado pela maioria do povo. É caso para perguntar onde anda a esquerda parlamentar que não concretiza uma moção de censura para acabar com ele. Ao PSD e ao grande capital, este governo PS que está a aplicar toda a política aplaudida pelos banqueiros é um governo útil para acabar uma fase desta grande ofensiva e depois agonizar, deixando o caminho livre para um governo PSD/CDS que já traz novos ataques em carteira. Mas, para os trabalhadores, cada dia deste governo é mais um dia para serem atacados, por isso há muito que já devia ter sido corrido, e em vários momentos de luta os trabalhadores mostraram capacidade para o vencer, as direcções dos movimentos é que não estiveram à altura de dar continuidade a essas lutas.

Em 24 de Novembro tivemos uma greve geral que demonstrou o descontentamento popular e uma significativa capacidade de mobilização dos sectores que estão a ser mais atacados pelas primeiras medidas dos PECs. Mas o êxito desta primeira greve geral só terá consequências práticas se o movimento sindical continuar com um plano de luta e mobilização nacional e uma política para coordenação europeia. A ofensiva que os governos europeus estão a fazer contra o salário e o emprego, contra os serviços públicos e contra os direitos contratuais dos trabalhadores tem um plano de medidas brutais e continuadas para fazer empobrecer a classe trabalhadora europeia. Querem-nos fazer regredir décadas com uma precariedade total para nos baixar os salários e tirar-nos o acesso aos cuidados de saúde e à educação pública.

Para uma resposta eficaz a esta ofensiva, os trabalhadores e o movimento sindical não podem dar tréguas eleitorais ao governo, nem ficar submetidos a candidatos presidenciais protagonistas desta ofensiva (como é o caso de Cavaco Silva) ou de candidatos que elogiam o esforço do governo para responder à crise (como é o caso de Manuel Alegre).

A actual política dos PECs quer descarregar sobre os trabalhadores todo o peso da crise, e para darmos um combate consequente a esta política é necessário continuar a luta e construir um proposta alternativa. Os trabalhadores e o povo que têm dado o seu voto aos partidos de esquerda (particularmente ao BE e PCP) e que se opõem a esta política capitalista seguida pelo governo PS, desejam uma alternativa, e esta pode ser construída com base num programa de governo, apoiado pelo movimento sindical, e que garanta a defesa dos direitos dos trabalhadores, do emprego, dos serviços públicos universais e gratuitos, e que vá buscar o dinheiro onde ele está, fazendo os capitalistas e as grandes fortunas pagarem a crise e devolverem as principais riquezas e empresas estratégicas ao país, a partir da nacionalização da energia (Galp e EDP), da Banca, e de todo o sector e rede de transportes.

## ENTREVISTA ■

# “BDS está-se a tornar na principal via de solidariedade sindical com a classe trabalhadora”



Michael Deas, coordenador europeu do BNC (Comité Nacional Palestino para o Boicote, Desinvestimento e Sanções), esteve em Portugal em Novembro último para participar do Encontro Nacional do Comité de Solidariedade com a Palestina. O *Ruptura* entrevistou-o.

### O que achas do “processo de paz” entre Israel e os palestinianos ?

Quando a sociedade civil palestinianiana apelou para o Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra Israel até este estado cumprir com a lei internacional, articulou as três reivindicações que representam uma base mínima para a realização da sociedade civil palestinianiana: o fim da ocupação do território da Palestina, igualdade para os cidadãos palestinianos de Israel e, o mais importante, o reconhecimento e a implementação do direito dos refugiados palestinianos em regressar a suas casas.

### O que pensas acerca do avanço que a campanha internacional do BDS ganhou desde que começou em 2005?

Um verdadeiro movimento global contra o apartheid israelita está a emergir rapidamente como resposta ao apelo do BDS. Constatamos, nos primeiros anos do movimento, que todos os sectores da sociedade civil global, ONGs, sindicatos, partidos políticos, grupos religiosos e associações de solidariedade responderam à chamada. É importante lembrar que o movimento para o boicote contra o apartheid na África do Sul levou duas décadas a alastrar. O movimento BDS já alcançou verdadeiras vitórias contra o apartheid israelita e os seus apoiantes internacionais e começaram a mudar o discurso político.

### Quais foram as suas maiores conquistas até agora?

A campanha contra a Veolia, uma multinacional francesa que fornece ser-

viços aos israelitas estabelecidos nos territórios ocupados da Palestina, responsável pela construção de um sistema ferroviário que une Israel a Jerusalém Ocidental, é uma das mais visíveis. Em Estocolmo esta empresa já perdeu um contrato de 3 biliões de euros, e no total, contratos no valor de mais de 5 biliões. Igualmente visível e mais importante é o crescente número de artistas e animadores culturais que se recusam a actuar em Israel do apartheid. Os Klaxons, os Pixies, Faithless, Gill Scot Heron, Dustin Hoffman e Meg Ryan, todos cancelaram espectáculos agendados em Israel em oposição às suas políticas de apartheid.

### O que pode ser feito em Portugal para o boicote?

O movimento BDS está a crescer rapidamente em Portugal. Com a companhia de águas EPAL, o objetivo é denunciar a sua ligação com empresas de água israelitas, que roubam água aos agricultores e comunidades nos territórios ocupados da Palestina. Têm existido campanhas contra o envolvimento de artistas portugueses e festivais nos projectos de Israel de usar a cultura para branquear as violações das leis internacionais. Aqueles de nós que se consideram solidários com a Palestina devem reconhecer que o BDS é a forma de solidariedade que a sociedade civil palestinianiana, incluindo sindicatos, tem defendido: não comprem produtos de Israel e participem em actividades BDS.

Entrevista de Lina Pereira

### Que pensas acerca dos soldados israelitas que se recusam a ir para o exército?

A solidariedade israelita genuína, que se baseia nas necessidades da sociedade civil palestinianiana, principalmente no direito ao regresso, é crucial. Grupos como o Boicote Interno e a Aliança de Mulheres para a Paz e grupos israelitas que apoiam o BDS são muito importantes para o nosso movimento. O número crescente de jovens que se recusam a prestar serviço militar no exército Israelita é sintomático da forma como o BDS e os movimentos internacionais contra o apartheid de Israel estão a abrir espaço para os dissidentes dentro da sociedade israelita.

### É possível alargar este movimento aos trabalhadores?

O movimento sindical é uma componente essencial do movimento BDS à escala global. O Congresso dos Sindicatos no Reino Unido, representando mais de 7 milhões de trabalhadores, apoia incondicionalmente o BDS e desenvolve acções para sensibilizar os seus membros. Os congressos nacionais de trabalhadores da Irlanda, Escócia e África do Sul adoptaram o BDS e estão em conexão com o Histadrut, a organização israelita que age como federação dos trabalhadores. No rescaldo do ataque de Israel à Flotilha da Liberdade, em Maio deste ano, e em resposta ao apelo feito pelas uniões sindicais palestinianas, estivadores suecos recusaram descarregar importações israelitas durante duas semanas, e estivadores em Oakland, Califórnia, recusaram descarregar um navio da empresa Zim Lines. Sindicatos no Canadá, Austrália, Escandinávia e Índia também desenvolvem esforços para apoiar o BDS. Activistas solidários em Portugal devem trabalhar dentro dos seus sindicatos para demonstrar como o BDS se está a tornar na principal via de solidariedade sindical com a classe trabalhadora palestinianiana.

## RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER  
www.rupturafer.org  
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores  
LIT (IV Internacional) www.litci.org  
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.  
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia  
Director: João Pascoal  
Editora: Cristina Portella  
Projecto Gráfico: Nádia Martins  
Capa: Diogo Bento  
Contacto: jornal@rupturafer.org  
Nº ICS: 124814  
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:

A. P. Amaral, André Traça, André Pestana, António Louçã, C.K., Elisa Alves, J. A. Dias, Lina Pereira, Manuel Neves



## Cortes na Saúde podem condenar doente à morte

Tão simples quanto isto: se um miúdo, no Porto, ficar queimado e não tiver a hipótese de ir para a dita Unidade devido a cortes orçamentais, este rapaz ou rapariga tem menos hipótese de sobreviver porque o capitalismo assim ordena.

António Bessa Monteiro, director de Serviço de Cirurgia Pediátrica do Hospital de São João, no Porto, manifestou no dia 19 de Novembro a sua preocupação ao jornal *Sol* quanto à construção da Unidade de Queimados Pediátricos: “Só espero que os cortes do Governo não alterem o que está previsto”. Nesta frase está expresso um receio com fundamento: António Bessa Monteiro reforça-o ao *Sol*: “Uma criança é um ser em desenvolvimento, com especificidades próprias, e as suas queimaduras vão durar muitíssimo mais tempo do que as de um adulto”. Ou seja, as 200 a 250 crianças por ano que beneficiariam desta unidade e que teriam um aumento nos seus tratamentos e, provavelmente, na sua sobrevivência, não o farão porque o Governo tem de cortar e pagar aos bancos a crise que os ricos criaram.

A dura realidade do fim do Estado Social baterá, então, à porta de milhares e milhares de trabalhadores: o capital mata. Directamente, em guerras que nos parecem longínquas (Afeganistão, Iraque, Gaza), mas também indirectamente, mesmo ao nosso lado.

### Cortes nos Açores

Bem pode Ana Jorge clamar, no seu estilo educado e mais discreto (para que ninguém se lembre do anterior Ministro da Saúde Correia de Campos), que os cortes na Saúde, uns módicos 100 milhões de euros, não vão por em causa a qualidade de saúde dos doentes, mas a verdade será demasiado evidente.

Por exemplo, só os três hospitais açorianos terão que cortar 14 milhões de euros em despesas, o que já motivou uma carta dos médicos da região em que estes manifestam “preocupações médicas” em relação aos “cuidados de saúde que vão prestar aos açorianos”.

Manuel Pizarro, Secretário de Estado da Saúde, apressou-se a dizer que estes cortes em nada afectarão os doentes, mas conseguirá Manuel

Pizarro dizer-nos como pode uma pessoa com ordenado mínimo pagar o aumento dos medicamentos? E pagar mais por fazer um exame complementar de diagnóstico? Estarão “mantidos” os “cuidados de saúde” de um doente psiquiátrico cuja medicação deixará de ser comparticipada?

É óbvio que ao Partido Socialista (PS) e aos seus boys cabe o hipócrita papel de partido de “esquerda moderna” que arrasa o Estado Social ao mesmo tempo que lhe faz elogios no telejornal da noite. Cabe-nos a nós responder-lhes.

### Cortar, cortar, cortar

Nos hospitais, a pressão é já evidente. São muitas as histórias de pressões administrativas para um corte radical nos cuidados de saúde. Na área oncológica, onde os medicamentos são mais caros, sente-se no terreno a má vontade das administrações em despender milhares de euros em medicamentos em doentes mais idosos, por exemplo. É aqui que se sente o lado mais violento e pernicioso destes cortes: as administrações hospitalares – nomeadas pelos governos – farão a população pagar os cortes com a sua saúde. Não serão “despesismos administrativos” ou “burocráticos” que pouparão 100 milhões de euros. Serão vidas.

Como sempre, será a população mais pobre a pagar. Os cuidados de saúde cairão a pique e só quem não pode recorrer ao privado continuará a ter que ir a um Sistema Nacional de Saúde (SNS) cada vez mais moribundo.

Se um doente psiquiátrico se suicidar porque não teve dinheiro para o seu antidepressivo porque este já não é comparticipado é mais que certo que esse doente não será um accionista maioritário da PT. Será um trabalhador.

Se uma pneumonia não for diagnosticada num idoso porque este não quis fazer aquela radiografia de tórax que o médico do centro de saúde recomen-

dou, esse idoso – cuja reforma foi cortada, que paga mais IVA – correrá risco de vida porque os bancos estavam primeiro que ele.

Quando um médico não puder prescrever o melhor fármaco porque é pressionado para isso pelo seu director de serviço que é pressionado pela direcção do hospital que tem ordens para poupar, de quem é a culpa?

Quando um doente morrer num internamento porque faltam enfermeiros no serviço – existindo milhares no desemprego – de quem é a culpa?

A queda de qualidade do SNS será o golpe para a entrada das seguradoras e para um sistema ainda pior.

### Ou pagamos nós ou pagam eles

O capitalismo, com as suas crises cíclicas, faz-nos caminhar para a barbárie. Indirectamente, mesmo ao nosso lado, morrerão pessoas devido a estes cortes. Não será essa, com certeza, a causa de morte que constará na certidão de óbito. Mas uma análise fria dos factos prova que sim, que foi essa a causa.

Para que não seja a classe trabalhadora, que não tem dinheiro para um médico privado, a sofrer estes cortes na pele e no corpo, é urgente que esta se organize. É urgente que doentes e profissionais de saúde se juntem nos centros de saúde, nos hospitais e nas associações de doentes e comecem um combate sem tréguas contra um governo que sacrifica a sua saúde pelos lucros de uma minoria.

É necessário levantar a bandeira do SNS gratuito, de qualidade e universal bem alto. Em cada urgência hospitalar, no centro de saúde mais escondido do país, é preciso que os doentes do SNS iniciem a defesa dos seus direitos.

Diz a canção que “o corpo é que paga”. No entanto, unida, a classe trabalhadora do SNS e a que usufrui do mesmo pode fazer o capitalismo pagar. Basta que se una e que grite bem alto que devem ser os ricos a pagar a sua crise. **M.N.**

## BÚSSOLA ■



### Um herói americano

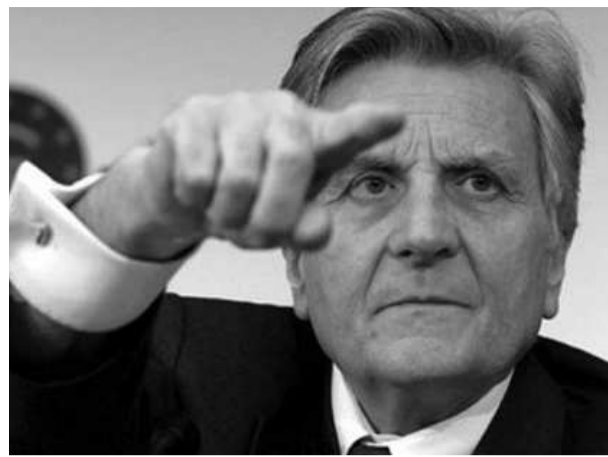
“Se Bradley Manning fez o que lhe acusam de ter feito, felicito-o. Manteve o seu juramento de defender a Constituição.” O autor desta frase é Daniel Ellsberg, ex-funcionário do Pentágono, que em 1971 forneceu ao jornal *The New York Times* documentos secretos do Departamento de Defesa dos EUA que revelavam os crimes cometidos pelas tropas norte-americanas na Guerra do Vietname. Quanto a Bradley Manning (foto), é o soldado norte-americano de 22 anos acusado de ter entregue ao WikiLeaks milhares de documentos secretos do Departamento de Estado dos EUA e um vídeo de 2007 que mostra a tripulação de um helicóptero dos EUA a disparar sobre 11 civis em Bagdad. Devido a essa acusação, Manning está preso há mais de 200 dias na base militar de Quântico, na Virgínia, acusado de violação do código militar, cuja pena máxima chega a 50 anos de prisão. Vários grupos antiguerra norte-americanos têm-no apoiado e estão a recolher fundos para a sua defesa. Em Dezembro, a Câmara Municipal de Berkeley, no estado da Califórnia, aprovou uma resolução que o proclama “herói” e pede a sua imediata libertação.



### Revolta na Itália e nova greve geral na Grécia

Cem mil pessoas tomaram as ruas de Roma (foto), em 14 de Dezembro, para protestar contra a permanência de Berlusconi no poder. Mediante a compra de votos, o primeiro-ministro italiano conseguiu a rejeição pelo parlamento de duas moções de censura contra o seu governo. A revolta popular não se limitou à capital, mas estendeu-se, com a mesma radicalidade, para vários pontos do país. Mais de 100 pessoas ficaram feridas durante confrontos com a polícia.

Enfrentamentos entre manifestantes e a polícia verificaram-se também na Grécia, no dia seguinte, durante a oitava greve geral convocada no país. Desta vez, o objectivo é derrubar novas medidas do governo que prevêm um corte de até 25% nos salários dos trabalhadores de empresas públicas e o esvaziamento da contratação colectiva para reduzir ainda mais os salários. Durante a manifestação em Atenas, que reuniu milhares de grevistas, a polícia interveio violentamente, e os manifestantes responderam com *cocktails molotov*.



Angela Merkel manda, o presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, transmite, e o governo português obedece.

## O que pode fazer o FMI que já não esteja a executar Sócrates?

Como aluno obediente, o ministro das Finanças português, Teixeira dos Santos, segue ao milímetro as ordens dos “chefes europeus” e do FMI, a descarregar a crise nas costas dos trabalhadores.

Em Novembro de 2010, as obrigações a 10 anos emitidas pelos estados, a taxas de juro anuais, estavam assim escalonadas para os seguintes países da União Europeia (UE):

- Alemanha – 2, 65%
- Grã-Bretanha – 3, 33%
- Espanha – 5, 09%
- Portugal – 6,8%
- Irlanda – 8,91%
- Grécia – 11, 93%

Estes valores demonstram que os chamados “investidores” (banca e seguradoras) e os especuladores em geral percebem quais os países onde existe um maior risco de os seus investimentos não terem o retorno desejado, e portanto resguardam-se impondo taxas de juro pesadíssimas.

Evidentemente que se trata de pura e simples preocupação com o lucro. Os interesses da população trabalhadora não contam para nada!

É neste contexto que o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode aparecer em cena e intervir nos países onde a dívida pública está “descontrolada”. É necessário dizer que este aumento descontrolado da dívida se deve em grande parte a um acréscimo de juros, que a cada dia a encarecem.

Não é isto que acontece também com as dívidas das nossas casas? Passamos décadas a pagar juros, quando a amortização do que realmente devemos poderia ser feita nalguns anos! E quando os juros aumentam, assim aumenta a dívida... Os banqueiros saem sempre a ganhar!

### O que pode fazer o FMI?

O Orçamento de Estado (OE) para 2011 já é, no dizer dum economista da nossa praça, “um orçamento à FMI” (DN, 3/Dez/10): tem aumento de impostos, corte de salários,

reduções nas despesas sociais, etc. Então, o que poderia fazer o FMI de “diferente”? Este economista prevê que ele irá impor “medidas que visem aumentar a competitividade das empresas”, (tais como) “a redução dos descontos para a Segurança social e a criação duma taxa de IRC reduzida”. Ou seja, mais benefícios fiscais para os patrões.

Além disso, “deverá ser criada maior flexibilização no despedimento individual”: dito de outro modo, maior facilidade no despedimento e diminuição da protecção da contratação colectiva.

Em suma, trata-se de medidas que vão no sentido de inverter a queda tendencial da taxa de lucro à custa duma maior exploração dos trabalhadores. É a única “receita” que os capitalistas e os seus governos e instituições conhecem!

### FMI para policiar o OE

A entrada do FMI em Portugal também daria força à execução orçamental, já que “iria exigir o rigoroso cumprimento do OE” (idem): ou seja, teria como tarefa policiar permanentemente a execução do OE para satisfazer “as exigências dos mercados”. E o governo de turno teria uma boa desculpa contra as críticas e os protestos, já que as medidas apareceriam como impostas por uma instituição supranacional.

Nós afirmamos: para sair da crise que eles próprios provocaram não precisamos nem do FMI nem de Sócrates! Precisamos, isso sim, dum verdadeiro governo de esquerda, que implemente uma economia dirigida pelos trabalhadores e ao seu serviço.

**J.A. Dias e Ana Paula Amaral**

## Um país em crise e uma minoria que não pára de enriquecer

### Dívida pública crescente

Em 2009, a dívida pública chegou aos 125,9 mil milhões de euros. O esforço de pagamento do Estado agravou-se à medida que aumentou o custo do dinheiro nos mercados financeiros. Esta dívida representa quase 80% do PIB do país. E os números de 2010 não têm melhorado.

Apesar desta situação o governo despendeu 1,7 milhões € em blindados e equipamento militar por alturas da Cimeira da NATO.

### Aumento do desemprego

Não obstante o inveterado optimismo de Sócrates, que vê sempre “resultados ao fundo do túnel”, a taxa de desemprego não pára de crescer. Para o ano de 2011 as previsões apontam para uma taxa de 11,1%.

### Economia em queda

Os indicadores de consumo estão a cair e mantêm-se num nível baixo. Para além do Estado, altamente endividado, também as famílias o estão: são as segundas mais endividadas da Zona Euro. O crédito à habitação é a principal componente desta dívida, representando 75% dos créditos familiares e 90% dos rendimentos disponíveis por cada família. Entretanto, o crescimento económico está completamente estagnado.

### Pobreza

Os indicadores de risco de pobreza são, em Portugal, dos piores de entre os 27 países da

UE. Não atinge apenas a população idosa (20,1% em 2008), mas também uma grande proporção da população que tem emprego. Nesta faixa, há 12% de portugueses abaixo do limiar da pobreza. De acordo com as instituições que prestam apoio às pessoas em risco de pobreza, metade destas têm menos de 250 €/mês e 90% usufruem de rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional.

A grande maioria das pessoas apoiadas por estas instituições é reformada (a idade média é de 61 anos), mas mais de metade dos que estão em idade activa encontram-se desempregados. Quase 40% vivem em casa própria, um terço em casa arrendada e 17% em habitações sociais. Um terço contraiu um empréstimo, na maior parte dos casos para a compra da casa. Mais de metade dos apoiados não consegue pagar as prestações todos os meses.

### Pensões, salários, precariedade

Em 2009, 22% dos aposentados da Função Pública tinha como pensão de reforma menos de 500 €. No sector privado a situação é ainda pior.

Em 2008, a remuneração média mensal dos trabalhadores portugueses era de 894 € (contra os 1538 € espanhóis). Mais de metade dos trabalhadores não paga IRS por não ter rendimentos suficientes. Sete por cento da população activa recebe o salário mínimo (475 €), que os patrões se recusam a

aumentar em 25 € (82 centimos por dia!) em 2011...

Portugal é um dos países da Zona Euro com as mais altas taxas de contratos precários: 22%. Acima do nosso país só a Polónia (26%) e a Espanha (25%).

### Enquanto isto...

Em 2009, em pleno rescaldo da crise de finais de 2008, surgiram 600 novos milionários em Portugal;

Os lucros das 500 maiores empresas portuguesas subiram 11,9% em 2009, apesar de as vendas conjuntas terem descaído 8,1%; para lidarem com a menor procura (devida à perda de poder de compra das pessoas), os patrões “implementaram programas de redução de custos” (Sol, 5/Nov.): ou seja, despediram trabalhadores;

O lucro dos 4 maiores bancos privados cresceu, de 2008 para 2009, 13,8%, ou seja, foi de 1,445 mil milhões €: 4 milhões de € por dia;

No 1º semestre de 2010, as 14 maiores empresas do PSI 20 somaram lucros de 1,88 mil milhões €. As maiores subidas em relação ao ano de 2008 foram registadas pela banca. O BPI, por exemplo, passou de 9,1 mil milhões de euros de lucro em 2008 para 99,5 mil milhões: um aumento de 993 por cento!

Esta é a lógica do regime da propriedade privada: há dinheiro a rodos, mas não pode ser usado ao serviço da maioria do povo porque “pertence” aos empresários e banqueiros!

**J.A. Dias e A. P. Amaral**

# Depois da greve geral faz falta um plano de lutas para derrotar o governo Sócrates!

A greve geral de 24 de Novembro foi forte e demonstrou o repúdio dos trabalhadores aos ataques do governo Sócrates ao emprego, ao salário e aos direitos. Mas as centrais sindicais e os partidos de esquerda não estão a dar uma resposta à altura.



Depois de ver aprovado na Assembleia da República o seu terceiro plano de austeridade, concretizado no Orçamento de Estado para 2011 (o chamado PEC 3), o governo Sócrates prepara um novo ataque ao povo português. Não bastaram os cortes nos salários da Função Pública, o congelamento das pensões, a redução do abono de família, o aumento de impostos e no preço dos transportes e medicamentos, a privatização de empresas públicas e os cortes na saúde e educação. Desta vez, e sob o habitual aconselhamento da Comissão Europeia, do FMI e do líder do PSD, Pedro Passos Coelho, o principal alvo do ataque do governo serão as leis laborais, com o objectivo de facilitar os despedimentos, reduzindo as indemnizações pagas aos trabalhadores, e precarizar ainda mais o trabalho.

A justificar as novas medidas de austeridade está o facto de a Comissão Europeia ter julgado insuficiente o PEC 3 para reduzir o défice público para 4,6% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2011, o que se traduziu na elevação das taxas de juros (chegaram a ultrapassar os 7% logo depois de divulgado o PEC 3 e mantêm-se em mais de 6%) cobradas pelos investidores (bancos e grande empresas) para comprar os títulos da dívida pública portuguesa. A verdade é que o imperialismo europeu e norte-americano, representados pela Comissão Europeia e o FMI, e também a burguesia portuguesa, querem aproveitar a crise da dívida pública para destruir de vez as conquistas sociais do 25 de Abril. A possibilidade de o governo recorrer ao fundo de resgate do euro, da Comissão Europeia, e ao FMI, como fizeram Grécia e Irlanda, continua em cima da mesa. Para evitá-lo, e não ter que arcar com o ainda maior desgaste provocado por esta decisão, o governo Sócrates apressa-se a seguir à risca as ordens dessas duas instituições.

## É possível travar os PECs?

A greve geral de 24 de Novembro demonstrou que, sim, é possível. Foi uma greve forte,

que contou com a participação de sectores importantes da classe trabalhadora, como o dos transportes e da Função Pública, em especial, e com o apoio generalizado da população. Mas não basta fazer uma greve e depois remeter-se ao silêncio ou a iniciativas sectoriais e recursos nos tribunais. É inadmissível que depois de uma greve geral CGTP e UGT não tenham apresentado um plano de lutas com a perspectiva de uma nova greve geral, mais forte e abrangente que a de 24 de Novembro.

Justamente quando o governo Sócrates está mais fraco – odiado pela população, derrotado nas sondagens e desmoralizado pelas suas consecutivas mentiras (ler artigo sobre as revelações do WikiLeaks sobre a cedência da Base das Lajes para o repatriamento dos presos de Guantánamo) – não se compreende porque a oposição de esquerda, sindical e partidária (Bloco de Esquerda e PCP), não se une numa iniciativa vigorosa para colocar um ponto final na sua carreira. Seja através da apresentação de uma Moção de Censura no Parlamento, apoiada por mobilizações populares, seja através da convocação de uma nova greve geral.

## A contagem regressiva da direita

O imobilismo da esquerda e do movimento sindical está a ser aproveitado pela direita. Pedro Passos Coelho aguarda pacientemente a reeleição do seu candidato presidencial, Cavaco Silva, e a aplicação dos planos de austeridade (com o consequente desgaste do governo PS) para pavimentar a sua chegada ao poder. Nas eleições presidenciais, a esquerda está dividida, com o Bloco a apoiar uma candidatura, a mesma do PS, que não entusiasma ninguém – pelo contrário, só gera confusão ao não se demarcar do governo que aplica a austeridade.

Vive-se a trágica realidade de um governo desmoralizado, mas que se mantém porque à direita convém (já que esta apoia os seus planos de austeridade) e, à esquerda, não se apresenta uma alternativa.

**Cristina Portella**

## Professores: E depois das lutas de 2008 e da greve geral?

Perante o tsunami accionado pelo governo contra os nossos direitos, é fundamental um sindicalismo democrático e combativo.

A classe docente tem sido alvo de ataques profundos que mais cedo ou mais tarde se irão reflectir na qualidade de ensino. Medidas de aumento da precarização dos professores, destruição da gestão democrática nas escolas, aumento dos ritmos de trabalho e roubo descarado no salário têm caracterizado estas políticas (des)educativas.

Perante estes ataques, os professores conseguiram dar um dos maiores exemplos conhecidos de luta e unidade de uma classe. Durante 2008/2009, manifestaram-se massivamente várias vezes e fizeram greves com adesões de 90%. Infelizmente, os dirigentes sindicais não estiveram à altura dessa oportunidade histórica e assinaram acordos com o Governo, não sufragados pela base.

## O que não avança recua...

Com a desmobilização dos professores verificada após a assinatura dos acordos pelos dirigentes sindicais e o Ministério da Educação, em particular o de Janeiro último, o governo recuperou fôlego e voltou à carga, com ataques na mesma linha da ofensiva desencadeada pela ministra Maria de Lurdes Rodrigues.

Neste verdadeiro tsunami estão incluídas medidas como a sobrecarga de trabalho para os directores de turma e bibliotecários, o fim da Área de Projecto e Estudo Acompanhado, a extinção do par pedagógico de EVT, etc. Estas e outras medidas, se forem implementadas, além de acentuarem a degradação da qualidade do ensino, irão fazer disparar o número de professores e educadores no desemprego ou na precariedade. Calcula-se em mais de 10.000 os professores que ficarão no desemprego no próximo ano lectivo se estas medidas não forem travadas.

## Para derrotar ataques sem precedentes, bastam as formas de luta tradicionais?

Se no passado já nos podíamos interrogar sobre a eficácia das tradicionais formas de lutas do “para, arranca” dos dirigentes sindicais (greves/manifestações de 3 em 3 meses para depois nas negociações com o Governo assinarem acordos sem serem sufragados

pela base), em 2011, a classe docente pode ver-se confrontada com uma repetição destas formas de luta. Protesta-se e luta-se não para ganhar as reivindicações da classe, mas sim para se pôr pressão na mesa das negociações, onde o que prevalece é a atitude do “mal menor”.

Infelizmente, esta prática tornou a estar presente na Greve Geral de Novembro: apesar de se dever fazer um balanço positivo da participação dos professores e escolas nesta greve – foi claramente um passo em frente contra a desmobilização anterior e que em algumas escolas construiu a unidade entre professores e funcionários –, os dirigentes voltaram a não apresentar uma perspectiva de continuação e democracia na luta, nem se esforçaram por fazer uma Greve Geral combativa, com a realização no próprio dia de uma manifestação que aproveitasse a disposição para a luta dos grevistas, como aconteceu em outros países. O espectáculo que se realizou no próprio dia da greve na Praça da Figueira, por iniciativa do SPGL, não colmatou de maneira nenhuma aquela debilidade.

Para ultrapassar esta situação, é necessário que os professores passem de objecto a sujeito da realidade, organizando-se juntamente com outros colegas e questionando construtivamente o sindicalismo que temos.

Não confundimos os sindicatos com os dirigentes sindicais. Reivindicamos os sindicatos como uma conquista e uma das várias ferramentas importantes que a classe trabalhadora deve usar na sua luta, mas não reivindicamos dirigentes sindicais que assinam acordos de capitulação e não sufragados pela base.

Perante o tsunami accionado pelo governo, que não quer deixar “pedra sobre pedra” nos nossos direitos e dar ainda mais milhões aos ricos e poderosos, cada vez mais é fundamental um sindicalismo democrático e combativo. É por isso que, juntamente com outros colegas, estamos a lutar também para Renovar, Refundar e Rejuvenescer o movimento reivindicativo dos professores. Porque não queremos nem podemos ter mais oportunidades perdidas... **André Pestana (Professor Contratado)**

# Planos de austeridade: é possível vencer essa guerra!

A resistência aos planos de austeridade dos governos europeus, que começou há cerca de um ano na Grécia com uma série de manifestações e greves gerais, alastrou e pode-se dizer que a Europa, mais do que nunca nos últimos tempos, está hoje a ferro e fogo, com vários governos, como os de Berlusconi e Sarkozy, a tremer.

Em França, começa em Setembro uma monumental mobilização contra os planos do governo Sarkozy de aumentar a idade de reforma, com mais de um mês de greves muito participadas nas refinarias, transportes e outros sectores que praticamente pararam o país. Três milhões e meio de pessoas nas ruas em centenas de manifestações e quase mil escolas secundárias encerradas pelos alunos, que saíram à luta em solidariedade com os seus pais e temendo que no futuro lhes sobre ainda menos emprego se os mais velhos forem obrigados a trabalhar até mais tarde.

Em Espanha a 29 de Setembro e em Portugal a 24 de Novembro, participadíssimas greves gerais com ambos os países paralisados. A 24 de Novembro, fazem-se em Madrid e Sevilha concentrações de solidariedade com a greve em Portugal.

## Juventude na vanguarda

Em Itália, começaram por ser os metalúrgicos e mais tarde gigantescos grupos de diversos operários – cerca de meio milhão – que saíram às ruas de Roma no dia 16 de Outubro. Mas nos últimos dias têm sido

os estudantes e investigadores universitários que, em resposta aos planos do governo de deixar as universidades sem fundos, precarizando investigadores e abrindo as portas à rapina dos privados, se têm empenhado numa luta radicalizada com vista à derrota do projecto de Berlusconi e companhia.

Entre ocupações de inúmeras escolas e faculdades, pontes ou até a Câmara Municipal de Turim, a 14 de Dezembro dava-se uma verdadeira batalha nas ruas de Roma, contestando a manutenção de Berlusconi no poder à custa de uns votos comprados.

Ainda recentemente, o Reino Unido tem sido um grande foco no final de Novembro dava-se uma verdadeira batalha nas ruas de Roma, inclusivamente com uma tentativa de invasão do Senado italiano.

Mais recentemente, o maior foco tem estado no Reino Unido com os universitários a ver o governo de coligação conservadores/liberais-democratas a acenar com a triplicação do valor máximo das propinas para mais de 10.500 euros! No dia 24 de Novembro, Londres vê uma massa de 130.000 estudantes e

professores nas ruas, dando-se inclusivamente a ocupação da sede do partido conservador.

Pelo caminho, e com múltiplas faculdades ocupadas, dá-se a mega-manifestação de 9 de Dezembro. Neste dia, o parlamento vota a favor do aumento, abrindo-se uma crise no governo, enquanto lá fora os manifestantes enchem as ruas de ruído e protesto, acabando os futuros reis em fuga no seu Rolls-Royce com os vidros partidos pela fúria dos estudantes.

## Guerra social

Como se vê pela tabela abaixo, a guerra social dos planos de austeridade, ajuste ou PEC's alastra por todo o continente e com receitas muito semelhantes. Todos eles se constroem e aplicam segundo os ditames da União Europeia, ansiosa para que as dívidas soberanas à banca (sobretudo a francesa e a alemã) possam ser pagas a tempo e horas.

Todos eles exigem que os trabalhadores do continente paguem a factura dos 700.000 milhões de euros que foram desbaratados dos orçamentos públicos para acudir aos bancos quando estes estavam

à beira do colapso. Todos eles respondem à necessidade de recuperar as taxas de lucro do grande capital europeu, sedento por demantelar o que resta do Estado de bem-estar dos trabalhadores, impondo um retrocesso histórico que nos pode trazer de volta às condições de trabalho e de vida dos nossos avós.

## É possível vencer

A Europa vive o momento da verdade, no qual se determinará o futuro de quem trabalha. Como se pode ver pela luta que grassa pelo continente, acabarmos a viver pior para satisfazer a ganância dos patrões e dos banqueiros não é inevitável, pois disposição de luta não nos falta - é só preciso que esta seja canalizada para vencer.

Antes de mais, há que ir muito além do programa mínimo de quem dirige as centrais sindicais, como Carvalho da Silva ao dizer que a greve geral apenas “serve para castigar uma certa burguesia”, ou, como disseram Toxo e Mendez (Espanha), para “recuperar o diálogo social”. Não, as greves e todos os demais instrumentos de luta de que dispomos servem acima de tudo

para derrotar os ataques que nos querem fazer e não podemos desarmar enquanto isso não acontecer.

Aprendamos uns com os outros as experiências que mais hipóteses de sucesso nos trazem, como por exemplo as greves reconduzíveis em França: ao final do dia faz-se uma assembleia e vota-se a continuidade ou não da greve. Por último, se os planos da burguesia e governos europeus são coordenados e unificados, a nossa resposta também tem de o ser.

A Confederação Europeia de Sindicatos convocou a tímida jornada de luta de 15 de Dezembro que incluiu apenas protestos pouco divulgados em alguns países e uma greve geral muito participada na Grécia. No mesmo sentido, mas muito mais além e na perspectiva de que podemos ganhar, há que quebrar o isolamento e estabelecer uma coordenação internacional com base num programa claro contra os governos de turno exigindo a retirada dos planos de austeridade. Já muitos em muitos sítios dizem bem alto o mesmo: façamos uma greve geral europeia!

**André Traça**

LISTA DOS PRINCIPAIS CORTES POR PAÍS

	Funcionários públicos	Impostos	Educação e apoios sociais	Reformas e pensões	Outros
<b>Portugal</b>	Redução dos salários acima dos 1500 euros de 3.5% a 10%; congelamento dos salários abaixo dos 1500 euros; congelamento da progressão na carreira.	Subida do IVA de 21% para 23%; redução das deduções fiscais (IRS) com saúde, educação e habitação.	Cortes no abono de família, no subsídio de desemprego e rendimento social de inserção; Corte nas bolsas a universitários.	Subida da idade da reforma dos funcionários públicos para os 65 anos.	Privatização de empresas públicas e semi-públicas como Galp, EDP, CTT, TAP ou REN; corte nas verbas do Serviço Nacional de Saúde com redução da comparticipação de medicamentos e do orçamento dos hospitais.
Espanha	Redução média de salários na ordem dos 5%; eliminação de 13000 postos de trabalho; entrada das empresas de trabalho temporário no recrutamento de trabalhadores para funções públicas.	Subida do IVA de 16% para 18%; subida do imposto sobre o tabaco em 28%.	Corte nos subsídios à habitação; corte no abono de família; corte no subsídio aos desempregados de longo termo.	Congelamento das pensões em 2011; subida da idade de reforma dos 65 para os 67 anos; redução do valor das reformas por invalidez.	Reforma do código laboral com introdução do despedimento preventivo (se uma empresa alegar futuros problemas de rentabilidade) e redução drástica das indemnizações aos despedidos.
Itália	Congelamento de salários durante os próximos 3 anos e redução de salários até 10% para os funcionários públicos melhor remunerados; admissão de apenas 1 trabalhador para cada 5 que se reformem.		Corte drástico no financiamento do estado às Universidades públicas; congelamento da contratação definitiva de investigadores; entrada de privados nos Conselhos de Administração das Universidades.	Aumento da idade da reforma em 6 meses para os que a atingirem a partir de 2011.	Redução de 13 mil milhões de euros nas verbas para as autarquias e regiões; redução dos gastos públicos com a saúde em mais de 400 milhões de euros.
Reino Unido	Cortes generalizados nos Ministérios prevêem que haja uma redução de 500 mil empregos públicos.		Redução de cerca de 20% da despesa do estado na educação; triplicação do valor da propina máxima para mais de 10.500 euros.	Subida da idade de reforma para os 66 anos em 2020.	Reforço do papel dos seguros privados no Sistema Nacional de Saúde.
Grécia	Corte de 5% a 20% nos salários dos funcionários públicos; congelamento de salários e pensões nos próximos 3 anos.	Subida do IVA para 23%; aumento dos impostos sobre os combustíveis, álcool e tabaco em 10%.		Subida da idade média de reforma de reforma dos 61.4 para os 63.5 anos.	Abolição do 13º mês de salário; privatização dos caminhos-de-ferro, portos, correios e água.
Irlanda	Redução média dos salários na ordem dos 5%; eliminação de 25.000 postos de trabalho.	Subida do IVA de 21% para 24% em 2014; sobe o preço dos combustíveis.	Corte de 7% no abono de família.	Redução das reformas dos pensionistas da função pública em 4%.	Redução do salário mínimo em 12% (menos 1 euro por hora).

## Uma insurreição de hackers?

A revelação de centenas de milhares de documentos secretos norte-americanos suscitou, entre várias outras, uma objecção mais difundida: não será tudo isto um grande quixotismo, quando é sabido que não há guerra nem política sem segredos, e que uma fuga de informação, mesmo a maior da História universal, nunca irá mudar a natureza profunda da diplomacia? Pior ainda: não se arrisca Wikileaks a entrar negociações de paz, que só podem ser conduzidas a bom porto enquanto houver confiança e cumplicidade entre os interlocutores?

O argumento é errado: o secretismo da política, da diplomacia, da geoestratégia, do planeamento militar, não serve para fazer a paz, e sim, somente, para preparar a guerra ou para levá-la a cabo. Tão-pouco serve para preparar cimeiras, do G-8 ao G-20, de Copenhaga a Cancún, destinadas a libertar e desenvolver os países dependentes, a combater a pobreza, a criar emprego ou a defender o ambiente. Pelo contrário, o secretismo serve para que os poderosos escondam dos olhos do mundo as suas manigâncias e conspirações.

Em Portugal tivemos uma pequeníssima amostra do que isso significa com os despachos sobre voos da CIA, até agora mal esclarecidos. Bem mais interessante vai ser, se e quando Wikileaks divulgar documentos

norte-americanos sobre a Cimeira da Lajes! Claro que aí não faltará algum detalhe picante, como o de Bush ter pensado, talvez, que estava em África, ou o de ter perguntado aos seus assessores quem era aquele palafreneiro tão solícito, a dar-se ares de familiaridade tratando-o por “George”, e de ter obtido dos mesmos assessores a resposta de que também ele, “George”, deveria tratar o homem com indulgência por ser o primeiro-ministro anfitrião. Enfim, gaffes como a de o embaixador norte-americano em Brasília escrever aos seus patrões de Washington que Lula da Silva “cacareja” sobre as realizações ambientalistas do Governo a que preside.

Mas gaffes destas, por muito desagradáveis, resolvem-se facilmente com uma ou outra transferência de embaixadores a quem falta tento na língua e na pena. Os donos do mundo estão habituados a dar palmadas amistosas nas mesmas costas que apunham. Eles dormem melhor para o lado do cinismo do que para qualquer outro. O grande problema estará, ainda no exemplo da Cimeira das Lajes, quando forem expostos à luz do dia os documentos comprovativos de que os três protagonistas, mais o inevitável Wally da fotografia, tinham sobre a inexistência das armas de destruição massiva no Iraque a mesma plena consciência que



Uma das maiores manifestações contra a prisão de Julian Assange e em apoio ao Wikileaks realizou-se na Austrália, a 11 de Dezembro

já vem transparecendo no debate britânico dos últimos anos e que o próprio Tony Blair já implicitamente admitiu.

De qualquer modo, a publicação de documentos do Pentágono tem mostrado o rosto autêntico do imperialismo norte-americano na intimidade - em cuecas, em ceroulas, em barrete de dormir ou com as olheiras do despertar. E a imagem que ele dá de si é a de um gigante envelhecido e decadente, mas ainda assim perigoso e sanguinário. Os documentos que revelaram a existência de esquadrões da morte organizados pela CIA com a cobertura do Pentágono, assassinando civis afegãos pela calada da noite, não podiam ser mais eloquentes.

Os apelos, vindos de tão alto como um conselheiro do Governo canadiano, para que Julian Assange seja liquidado pela CIA, mostram bem como aqui se tocou num dos nervos essenciais do sistema. O segredo é a alma do sistema. Quem lhe toca, mesmo que seja apenas movido por um salutar desejo de transparência, condena-se a enfrentar imediatamente um vendaval de reacções que pode parecer-lhe desproporcionado. Inversamente, quem luta por uma transformação revolucionária da sociedade tem de apontar, obrigatoriamente, a esse nervo.

É fácil confundir uns e outros: os detractores da plataforma digital de Assange crismaram-na por isso de “Bolchewikileaks”. E a

confusão não é mera maledicência: uma das primeiras medidas dos bolcheviques, ao tomarem o poder, foi publicarem todos os tratados secretos em que o governo czarista se tinha envolvido. O movimento que agora se desencadeou não é uma moda passageira e a defesa desse movimento não é um simples dever democrático - embora se deva aplaudir quem, como o BE, albergou a informação de Wikileaks num site-espelho. O que está em causa é muito mais do que isso. Esta não é uma insurreição pós-moderna de hackers: é uma insurreição nossa - contra as arcas encoiradas dum sistema que tem muito para esconder e que só sobrevive escondendo os seus crimes.

**António Louçã**

## MULHER ■



## Opressão avança no capitalismo

No dia 25 de Novembro, comemorou-se mais um Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres. Esta data foi escolhida em 1981, no Primeiro Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, para homenagear as três irmãs Mirabal, activistas políticas assassinadas pelo

então ditador da República Dominicana, Rafael Leónidas Tujillo, em 1960.

Além de uma homenagem, o 25 de Novembro é um marco no combate à opressão feminina, presente no quotidiano das mulheres no mundo todo, nomeadamente das mulheres trabalhado-

ras. Em muitos países foram realizados actos nesta data. No Brasil, por exemplo, houve eventos em vários estados, nos quais participaram a central sindical CSP-Conlutas, sectores do movimento feminista e alguns sindicatos, quando foram denunciadas a violência doméstica e nos locais de estudo e trabalho, a criminalização do aborto e a ineficácia das medidas de protecção às mulheres e punição dos agressores.

Em Portugal, apesar da pouca visibilidade desta data, a verdade é que a realidade não é diferente. Conforme pesquisa divulgada pela associação UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), os casos de violência contra a mulher continuam a crescer: se em 2009 foram registados 29 homicídios e 28 tentativas, em 2010 já foram notificados 39 homicídios, 37 tentativas e mais 11 mortes em consequência das agressões, num total de 50 mulheres mortas até agora. A maior parte das agressões é praticada por homens ligados afectivamente às vítimas, tendo aumentado o número de mulheres idosas agre-

das, cuja dependência económica do companheiro costuma ser maior.

A ineficácia das políticas públicas no combate à violência é notável. O uso da pulseira electrónica (que avisa a vítima quando o agressor está próximo) constitui um relativo avanço, mas insuficiente no que toca à segurança das mulheres. Isto porque os organismos judiciais submetem a utilização da pulseira à concordância do agressor, assim como não aplicam de modo incisivo as medidas de protecção à mulher, tais como postos de vigilância e socorro e o recurso à prisão preventiva. Até o terceiro trimestre deste ano, apenas seis homens cumpriam pena por violência doméstica.

Com o início da crise económica, o problema da violência agudizou-se, uma vez que o capitalismo se apoia na opressão de género para atribuir salários mais baixos, trabalhos mais precários e ainda uma tripla jornada (com encargo do trabalho doméstico não remunerado), isto associado aos cortes nos serviços sociais, como a redução da assistência na

saúde, fecho de creches e escolas periféricas, centralização de hospitais, de modo a dificultar ainda mais a autonomia das mulheres na gerência das suas vidas, elevando a dependência económica destas aos seus maridos. Quem sofre mais é a mulher da classe trabalhadora, que suporta directamente tais ataques e não possui recursos para os combater.

Por tudo isto é que temos de nos organizar contra esta sociedade capitalista e opressora, que nos agride e nos explora de múltiplas formas. A luta pela eliminação da violência contra a mulher é, sobretudo, uma guerra contra o capitalismo, pois somente numa sociedade onde não exista a propriedade privada e a exploração do trabalho se pode construir relações emancipadas entre as pessoas e entre homens e mulheres. Apenas no socialismo a mulher poderá gerir o seu trabalho e a sua sexualidade com autonomia. Portanto, mulheres e homens trabalhador@s, temos de nos unir no combate a toda e qualquer forma de exploração e opressão.

**Elisa Alves**



# Nas Presidenciais de 2011: porque não votamos nem em Cavaco nem em Alegre?

Comecemos pela afirmativa. Que candidatura fazia falta nestas eleições presidenciais, em 23 de Janeiro de 2011? Pode parecer um chavão, mas não, trata-se de uma dura realidade cada vez mais actual: precisaríamos, no actual período político, de uma candidatura ... anticapitalista! E porquê? De onde vêm os ataques aos salários a mais de meio milhão de funcionários públicos?

E você, trabalhador com salário intermédio, vamos supor entre os 1000 e os 1300 euros, que mal dá para pagar as dívidas ou as prestações e para manter um nível de vida com um mínimo de qualidade, mas que para o próximo ano vai ver aumentado o IRS, por força das alterações de escalões que José Sócrates e Teixeira dos Santos inventaram para o Orçamento de Estado de 2011, de onde pensa que surgem as exigências para cortar nos seus rendimentos permanentemente?

Dos donos dos bancos, das empresas de *rating*, do Banco Central Europeu, da Comissão Europeia, dos “mercados”, nome eufemístico para todo o tipo de empresários, capitalistas, accionistas, especuladores, banqueiros, enfim, todos os que vivem já em grande fausto, mas que nunca estão satisfeitos com os lucros e os milhões que já auferem ou encaixam.

Exigências que os mesmos representantes políticos de sempre, e em alternância regular, do PSD/CDS ou das diversas, mas sempre iguais, direcções do PS estão sempre prontos a atender. Para isso, descarregam sobre quem vive só do seu trabalho (para o caso de ainda o conservarem, pois já há mais de 600.000 pessoas que nem isso têm) as despesas da crise... provocada por eles ou por um sistema que persistem em manter e defender.

Deste modo, perguntamos: dá para confiar em qualquer representante político ligado aos partidos centrais que têm governado Portugal e que como saldo só têm para apresentar desemprego, endividamento do Estado e factura da crise essencialmente para “os de baixo”? Voltamos a perguntar: dá para confiar o nosso voto em qualquer um deles? De Cavaco, estamos falados. Apesar de sabermos que, por demérito do PS, da governação Sócrates e por força da memória curta dos seres humanos (potenciada por medias que branqueiam todos os dias a figura de um Cavaco Silva) só uma hecatombe vai evitar que Cavaco se mantenha mais cinco anos na Presidência da República.

Mas poder-se-ia objectar, como o faz o Bloco de Esquerda, partido de que fazemos parte, não

será um mal menor votar e apoiar Manuel Alegre? O problema é que este raciocínio é o que tem primado na esquerda, há mais de trinta anos, apoiar e votar no mal menor. E tem sido o “mal menor” que tem dado cabo do país e dos seus trabalhadores, das gerações futuras e do meio ambiente. Com efeito, o PS, todos os seus governos, todos os seus secretários-gerais foram os mais acérrimos executantes da destruição da vida de quem trabalha e os mais acérrimos defensores do capitalismo em Portugal e no mundo.

O próprio Manuel Alegre, o de hoje, não deixa de se reconhecer no PS, não se separa nem um milímetro de José Sócrates, e todas as críticas que aqui e acolá faz são sempre na óptica de poupar o actual governo.

O que nos falta nestas eleições presidenciais não é um Bloco envergonhado, mais ou menos firme ao lado de Alegre, mas um Bloco com coragem, que tivesse afirmado uma candidatura verdadeiramente anticapitalista. Em vez de todos os dias nos tentar convencer que Alegre é contra o FMI ou coisas do género – que em Alegre não passarão de retórica (melhor dizendo, de poesia). O que precisaríamos era que o próprio Francisco Louçã tivesse avan-

çado, como há cinco anos, para uma candidatura que desse voz aos que continuam a não ter voz.

Na ausência de uma candidatura de esquerda que se coloque como uma alternativa de governo ao PS e à direita, não há uma alternativa de voto categórica. Além de Cavaco e Alegre, restam três hipóteses: Fernando Nobre, o candidato do PCP, que ninguém se lembra e sabe quem é, e o voto em branco de protesto contra toda a actual situação.

Sobre Fernando Nobre, se o BE não o apoia hoje, isto só se deve a que há muito que tinha um acordo com um sector do PS (Alegre e não só). Não que Nobre seja um candidato anticapitalista, que o não é nem nunca será. Mas a sua actividade benemérita em prol de causas humanitárias granjeou-lhe alguma simpatia em vastos sectores de esquerda e mesmo em largos sectores do Bloco. Não é o nosso caso, pois sabemos bem que o seu programa ou as suas ideias políticas não são à esquerda e não diferem muito do programa do PS. Essas razões nos fazem afastar claramente dessa opção de voto.

Resta, portanto, o voto em branco ou no candidato do PCP. Admitimos ambos os votos como votos possíveis, dado que no actual quadro político das candidaturas

concretas presentes ao sufrágio, a 23 de Janeiro, não existe qualquer outra possibilidade coerente. Ainda que ambas também tenham desvantagens. Votar branco não é a nossa vocação e votar no candidato do PCP, apesar desse partido se colocar ao lado do BE na contestação ao neoliberalismo reinante, também traz problemas. A candidatura do PCP, a exemplo do que já ocorreu no passado, surge fundamentalmente como uma resposta às necessidades internas do aparelho partidário, e não como uma alternativa de oposição ao regime. Só para dar um exemplo recente, o PCP foi o grande mentor da ideia de retirar toda a possibilidade de que a greve geral pudesse ter mais impacto. Como? Eliminando a possibilidade da convocação de uma grande manifestação de massas na capital do país.

Apesar do que afirmámos, somos conscientes que votar branco ou no candidato do PCP será a forma que inúmeros militantes anticapitalistas vão encontrar para manifestar o que lhes vai na alma, ainda que esse seja também um (outro) mal menor. A lição para o futuro passa por criar as condições para que, em próximas eleições presidenciais, possa vir a existir uma verdadeira candidatura anticapitalista, e é nesse combate que colocamos todos os nossos votos.

**Gil Garcia**

## WikiLeaks comprova: Sócrates mentiu

Vários telegramas divulgados pelo WikiLeaks confirmam o que já se suspeitava: o primeiro-ministro José Sócrates, assim como o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, mentiram quando disseram que os EUA nunca tinham pedido ao governo português para sobrevoar o seu espaço aéreo ou utilizar a Base das Lajes para repatriar prisioneiros de Guantánamo.

No dia 30 de Janeiro de 2008, Sócrates garantiu ao Parlamento que o governo “nunca” tinha recebido qualquer pedido dos EUA “para sobrevoar do nosso espaço aéreo ou para aterragem na Base das Lajes de aviões que se destinassem ao transporte ou à transferência de prisioneiros”. Era mentira.

Num telegrama do embaixador norte-americano em Lisboa, Alfred Hoffman, com data de 7 Setembro de 2007, portanto, quatro meses antes, este

mostra-se agradecido pelo facto de Sócrates “ter permitido aos Estados Unidos utilizar a Base das Lajes nos Açores para repatriar presos de Guantánamo”. Nesse mesmo telegrama, é dito que aquela decisão nunca fora tornada pública.

Outro telegrama comenta que Luis Amado, o “grande amigo dos EUA”, também autorizou a repatriação de prisioneiros através da Base das Lajes. Esta decisão, conforme reconhece o telegrama, também nunca foi tornada pública.

### Promiscuidade

Os telegramas tornados públicos pelo WikiLeaks revelam a promiscuidade e a subserviência que pautam as relações entre o governo português, neste caso chefiado pelo PS/Sócrates, e os EUA, naquela época chefiado por George Bush. Para manter as boas relações com o “amigo americano”,

o governo português não se inibe em mentir descaradamente, omitir factos e a tentar confundir deliberadamente a população.

Mesmo agora que os telegramas foram revelados, as mentiras e declarações contraditórias prosseguem com uma desfaçatez a toda prova. Luís Amado, em conferência de imprensa, insiste na patética versão de que o governo teria sido sondado pelo EUA para utilizar a Base das Lajes para o repatriamento de prisioneiros de Guantánamo, mas não teria havido nenhum pedido formal.

O que demonstram os telegramas é que a “sondagem” do governo americano teve uma resposta afirmativa por parte do governo português e só não se transformou em pedido formal porque não era preciso e, sem esse pedido, o governo poderia manter o caso em sigilo e evitar



ser confrontado pela oposição de esquerda, Bloco de Esquerda e PCP, no Parlamento.

### As consequências da mentira de Sócrates

A constatação de que o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros mentiram ao País, e numa matéria que envolve direitos humanos e soberania nacional, é suficientemente grave para justificar a formação

de uma Comissão de Inquérito para investigar o caso, e, na eventualidade desta constatar que o governo mentiu, exigir a demissão do primeiro-ministro.

Não basta, como fez o Bloco de Esquerda, pedir novas explicações ao governo, pois já sabemos quais vão ser: mais mentiras, com o objectivo de ganhar tempo e fazer cair o caso no esquecimento.

**Cristina Portella**